



LOTÉRIAS
▶ MEGA-SENA, # 2793 ▶ 07, 09, 25, 37, 57, 59
▶ TIMEMANIA, # 2163 ▶ 29, 39, 44, 57, 59, 65, 70 CONFIANÇA/SE
▶ LOTOFÁCIL, # 3236 ▶ 01, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25
Resultados atualizados até o fechamento desta edição

ÚLTIMAS

Fechamento desta edição: 21h50

TEMPO EM FORTALEZA
Min 25° C Max 30° C

Nuvens dispersas

MARÉS • BAIXA 1h06 ALTA 7h23
13h18 0.52m • 19h33 2.23m

TEMPO NO BRASIL (Máxima)
São Paulo 27° C • Brasília 27° C • Rio 29° C

FALE COM A GENTE
www.oestadoce.com.br
e-mail: geral@oestadoce.com.br



FOTO DIVULGAÇÃO

Gasto com Previdência é obrigatório, e ministério não tem o que cortar, diz Lupi

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, afirmou nesta terça-feira (5) que a discussão de corte de gastos feita pelo governo não passa pela pasta que ele chefia. De acordo com ele, as despesas da área são obrigatórias e não podem ser cortadas. Além disso, ele disse ser contra reduzir a política de valorização do salário mínimo.

“O Ministério da Previdência não tem o que cortar porque as despesas são obrigatórias. Pagamento de aposentado, de pensões, de pensionistas, BPC são constitucionais, já previstos no Orçamento.”

Lupi afirmou que, no caso da Previdência, a medida é de eficiência na administração pública. Segundo ele, não há previsão exata sobre quantos serão os aposentados e os pensionistas nos próximos anos.

“A discussão é dar direito a quem tem direito, mas não deixar quem não tem direito e erradamente

conseguiu isso permanecer com esse direito. Então nós estamos trabalhando com muita tranquilidade nesse sentido”, disse.

Ministros e área técnica da Casa Civil se reuniram para a continuidade das tratativas sobre corte de gastos. Além de Lupi, Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Esther Dweck (Gestão e Inovação) debateram o tema.

Na segunda (4), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu, no Palácio do Planalto, a equipe econômica e ministros para tentar definir as linhas gerais do pacote de corte de gastos. Haddad declarou que as medidas do pacote de corte de gastos estavam adiantadas “do ponto de vista técnico” e mostrou otimismo quanto ao desfecho das discussões nos próximos dias.

Câmara acelera votação de projeto para emendas

Após pressão do STF, a Câmara dos Deputados aprovou urgência do projeto que cria novas regras para emendas parlamentares

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira (5) o requerimento de urgência do projeto de lei complementar que regulamenta a execução das emendas parlamentares.

A proposição do texto é resultado de acordo do Legislativo e do Executivo e busca encerrar o imbróglio com o Judiciário sobre o pagamento desses recursos.

A urgência acelera a tramitação da proposta na Câmara, já que ela é analisada direto em plenário, sem passar pelas comissões temáticas da Casa. Foram 360 votos favoráveis e 60 contrários. Os parlamentares analisavam o mérito do texto na noite desta terça.

O autor da proposta é o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), um dos vice-líderes do governo Lula (PT) na Câmara e aliado do ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal).

O relator é o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), que ganhou o posto após ter sido preterido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na disputa para sua sucessão na Casa.

Ao longo do dia de ontem, Elmar se reuniu com diferentes bancadas para discutir a proposta e destravar sua votação. Ele começou a ler seu relatório no plenário pouco após as 20h.

As emendas são uma forma pela qual deputados e senadores conseguem enfiar dinheiro para obras e projetos em suas bases e, com isso, ampliar seu capi-



FOTO CÂMARA DOS DEPUTADOS

A proposta ainda precisará passar pelo Senado após aprovada na Câmara

tal político. A prioridade do Congresso, porém, é atender seus redutos eleitorais, e não as localidades de maior demanda no país.

O texto traz detalhes sobre o crescimento do volume de recursos destinados a emendas, travas com relação a possíveis congelamentos de pagamentos e áreas consideradas prioritárias para a aplicação dos recursos, entre outros pontos.

A proposta cria uma amarra ao governo ao delimitar o contingenciamento e bloqueio das emendas parlamentares “até a mesma proporção aplicada às demais despesas discricionárias” (despesas que o governo pode ou não executar, de acordo com a previsão de receitas, como custeio e investimento).

Hoje, há limites para o contingenciamento com as emendas impositivas (que estão previstas na Constituição), mas não com as de comissão. Dessa forma, caso o texto seja aprovado pelo Congresso, o Executivo terá de respeitar esse limite para eventuais bloqueios desses recursos.

Dois técnicos da Câmara ouvidos pela reportagem chegaram a dizer que isso, na prática, pode tornar as emendas de comissão em impositivas, ao submeter a elas essa mesma regra. Nesse sentido, afirmam que isso poderia representar burla ao ordenamento jurídico, já que uma alteração na Constituição deveria ser tratada via PEC (proposta de emenda à Constituição).

A proposta ainda precisa-

rá passar pelo Senado após aprovada na Câmara.

A votação na Câmara ocorre após quase três meses de conversas entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Em agosto, o STF decidiu por unanimidade manter a decisão de Dino de suspender a execução das emendas impositivas até que deputados e senadores dessem mais transparência aos repasses.

Pouco depois, a cúpula do Congresso, ministros do STF e integrantes do governo Lula (PT) anunciaram um acordo para atenuar a crise, mas que dependia de novas conversas para confirmar a liberação das verbas. A partir dali, outras reuniões foram realizadas para costurar um acordo.

MAIS CONTEÚDO ACESSE
www.oestadoce.com.br

MULUNGU SOLAR LTDA - CNPJ 53.391.486/0001-00
Torna público que requereu ao Instituto de Qualidade do Meio Ambiente do Aracati – IQUAMA, Licença Prévia LP, para instalação de uma Usina Solar Fotovoltaica UfV, a ser instalada no Sítio Coati/Mulungu, localizado no Bairro Rural Lagoa do Junco, em Aracati - CE.
Fica determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do IQUAMA.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01.11.01/2024 O(A) SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E URBANISMO, através do(a) seu(ua) Pregoeiro(a), torna público que realizará às 09:00, do dia 22 de novembro de 2024, no endereço eletrônico https://compras.m2atecnologia.com.br/, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01.11.01/2024. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA APTA A REALIZAR A DUPLICAÇÃO DA PONTE DO RIACHO CAJÁ NA SEDE DO MUNICÍPIO, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E URBANISMO. O edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos https://compras.m2atecnologia.com.br/ no site da Prefeitura Municipal de Jaguaribe (https://jaguaribe.ce.gov.br/licitacao.php) e no portal de licitação do TCE-CE (http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/). Informações no tel. (88) 3522-1092 e no mail: licitacao@jaguaribe.ce.gov.br. Jaguaribe/CE, 05 de novembro de 2024. Michelle Maria Martins de Barros - AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01.11.02/2024 O(A) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através do(a) seu(ua) Pregoeiro(a), torna público que realizará às 11:00, do dia 22 de novembro de 2024, no endereço eletrônico https://compras.m2atecnologia.com.br/, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01.11.02/2024. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA APTA A REALIZAR OS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UM AUDITÓRIO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE/CE. O edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos https://compras.m2atecnologia.com.br/ no site da Prefeitura Municipal de Jaguaribe (https://jaguaribe.ce.gov.br/licitacao.php) e no portal de licitação do TCE-CE (http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/). Informações no tel. (88) 3522-1092 e no mail: licitacao@jaguaribe.ce.gov.br. Jaguaribe/CE, 05 de novembro de 2024. Michelle Maria Martins de Barros - AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 0111.09/2024. O Município de Acarape, por meio de seu Agente de contratação, torna público aos interessados, que no dia **26 de novembro de 2024, às 10:00h**, estará realizando licitação na Modalidade Pregão Eletrônico/Registro de Preços, cujo objeto é **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL E CIDADANIA DE ACARAPE/CE**, poderá ser adquirido pelo portal do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br. Portal de compras: https://www.bll.org.br e Site do Município: https://acarape.ce.gov.br/licitacao.php – Acarape/CE, 05 de novembro de 2024. Francisco Torres de Moura, Agente de contratação.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA - EXTRATO DE CONTRATO Nº: 20240718. ORIGEM: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2024050601-CP. CONTRATANTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO. CONTRATADA: CONSTRUTORA EXITO LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 03.147.269/0001-93. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO EM DIVERSAS RUAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBARA, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBARA/CE. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO PROJETO BÁSICO EM ANEXO. VALOR TOTAL: R\$ 552.669,54(QUINHENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS). PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2024: Projeto 1301.154510035.1.030 Pavimentação Asfáltica, Pedra Tosca e Paralelepípedo de Vias Urbanas. Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e instalações. Subelemento 4.4.90.51.99. VIGÊNCIA: 05 DE NOVEMBRO DE 2024 A 05 DE FEVEREIRO DE 2025. DATA DA ASSINATURA: 05 DE NOVEMBRO DE 2024.

Lula diz que é proibido falar em gasto com educação

O presidente Lula (PT) disse, nesta terça-feira (5), que é proibido falar em gasto com educação no seu governo, em meio ao debate sobre corte de gastos no país.

A declaração foi dada durante a abertura da 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, no Museu Nacional da República, em Brasília. Lula fez um discurso em defesa da educação, uma das áreas de possíveis cortes.

“Desde minha primeira reunião como presidente em 2003, [eu disse] nesse governo não vai ser proibido utilizar a palavra gasto quando a gente falar em educação. Educação é investimento e investimento é de mais retorno que um país pode ter. Nada, nada pode dar mais retorno que educação”, afirmou.

Uma das mudanças em estudo no governo é o aumento de 30% para 60% da parce-



FOTO PRESIDÊNCIA

“Educação é investimento e investimento de mais retorno que um país pode ter”, afirmou o presidente

la dos recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) que é contabilizada no piso constitucional da Educação.

A chamada complementação ao Fundeb -fundo abastecido por uma combinação de recursos federais, estaduais e municipais- é

uma obrigação da União quando os demais entes não atingem determinados indicadores financeiros estabelecidos, que incluem um valor anual por aluno.

Contabilizar um valor maior para esse fim poderia, em tese, reduzir a pressão para atingir o piso da educação com o espaço das despesas discricionárias. A Fazen-

da quer incorporar os gastos do programa pé-de-meia na complementação do Fundeb.

O presidente Lula é resistente à mudança nos pisos constitucionais de saúde e educação, que impõem uma aplicação mínima de recursos nas duas áreas. Mas uma ala da equipe econômica ainda vê uma janela para aprovação da medida, com apoio dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (AL-PP).

Por outro lado, outra ala do governo considera essa mudança mais difícil, já que ela tem pouco impacto no curto prazo e elevado custo político para sua aprovação. Gatilhos de desindexação, que imponham uma correção menor (apenas pela inflação) a políticas hoje vinculadas ao salário mínimo, também são considerados difíceis de avançar.